ANTI CAPITALISTA

N.º 08 (SÉRIE II) – JULHO 2018

UM SINDICATO DE COMBATE NA EDP
P.03

EXTREMA-DIREITA NA EUROPA
P.07

LIÇÕES, E NÃO MITOS, SOBRE O NÃO-MODELO PORTUGUÊS
PP.04-05

DESPRIVATIZAR AS CIDADES

EDITORIAL

A LUTA DA ESCOLA PÚBLICA

A reversão das políticas austeritárias da troika e do governo PSD/CDS passa inevitavelmente por retirar a troika das relações laborais. Mas as As Voltas do Passado não se dão somente no privado. Na função pública, a reversão da austeridade tem de passar pela reposição de salários e pelo descongelamento das carreiras, devolvendo às pessoas o tempo de vida que lhes foi apagado pelo governo PSD/CDS. Esta tem sido uma batalha assumida pelo Bloco de Esquerda no contexto do acordo com o governo PS.

A pouco mais de um ano das próximas legislativas, o governo não dá sinais de querer, de facto, retirar a troika das relações laborais, nem mesmo "em sua casa". Se, por um lado, o Orçamento do Estado para 2018 inicia o descongelamento das carreiras, por outro, o governo resolveu negar aos professores uma boa parte do seu tempo de vida, ao recusar reconhecer mais de nove anos de tempo de serviço. Pior ainda, recusou reconhecê-los em forma de chantagem, fazendo um ultimato aos sindicatos – ou 30% desse tempo ou nada. A posição que o governo assume surpreende pelo frontal desprezo por cerca de 120 mil pessoas. No entanto, não destoa daquele que tem sido o seu posicionamento em matéria laboral.

A capacidade de organização dos professores na sua luta permitiu que este ultimato não ditasse o seu fim. Antes pelo contrário, foi a gota de água num mar de revolta que incentivou os sindicatos a estender a greve, pondo em causa a realização dos exames nacionais, das avaliações e até mesmo do início do próximo ano letivo. As consequências de uma greve de professores com muita adesão, como se adivinha, especialmente nesta altura do ano, tornam claro o importante papel destes profissionais – a manutenção da escola pública. Contudo, faz deles o alvo perfeito da desinformação, numa campanha que quer denegrir os professores enquanto classe profissional acusada de ser privilegiada.

Os professores não são uma classe profissional privilegiada, antes são um grupo profissional negligenciado, cuja capacidade de organização extrapola os muros das tímidas lutas laborais a que vamos assistindo e, por isso, mais expostos ao ataque da direita nos media. Trabalham mais horas por semana do que as que são contabilizadas, são sub-remunerados, registam níveis de *burnout* elevadíssimos e têm uma enorme responsabilidade social associada à profissão. São garantes do funcionamento da escola pública e têm estado na linha da frente da sua defesa. Prova disso é que a sua luta é aproveitada como pretexto para relançar a campanha absurda pela "liberdade de escolha" nas escolas, a campanha "amarela" pelas rendas aos colégios privados.

Ao Bloco cabe solidarizar-se, contribuir para a organização de professores e relembrar ao governo que a defesa da escola pública não pode ser um apontamento de início da legislatura, tem antes de ser uma responsabilidade contínua e que passa também pela garantia das condições laborais de quem nela trabalha. O desprezo do governo pela negociação com os sindicatos nesta matéria só vem confirmar a necessidade de, enquanto Bloco, nos continuarmos a bater e a endurecer a reivindicação em matéria laboral e de defesa da escola pública, não permitindo qualquer recuo.

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** empenhadxs nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

2 **Editorial**
A luta da escola pública

3 **Ativismo**
EDP: a vitória da burguesia e a resposta sindical

4-5 **Debate**
Lições, e não mitos, sobre o não-modelo português

6 **Dossiê**
Habitação: desprivatizar as cidades

7 **Ativismo**
A extrema-direita na Europa

8 **Aconteceu**
Encontro de formação da Rede Anticapitalista

8 **Leituras**
As Voltas do Passado – A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação
Portugal em Chamas - Como Resgatar as Florestas
Um Preto Muito Português
Inéditos (1967-1999)

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Francisco Louçã
Luís Leiria
Mafalda Escada
Rita Gorgulho
Rodrigo Rivera
Vítor Franco

Depósito Legal 441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

Vítor Franco, dirigente de um novo sindicato, o SIEAP - Sindicato das Indústrias, Energia e Águas de Portugal, e membro da CT da EDP, reflete neste texto sobre a relação de forças entre as classes e os desafios sindicais. O SIEAP representa trabalhadores da EDP, empresa que tem sido canibalizada pela privatização, pelas diretivas europeias, pela subordinação dos governos portugueses, pelo recurso generalizado à subcontratação.

ATIVISMO

EDP: A VITÓRIA DA BURGUESIA E A RESPOSTA SINDICAL

VÍTOR FRANCO

A burguesia conseguiu uma assinalável vitória conquistando a generalização da precariedade e opressão nas empresas, uma estratificação quase total da classe trabalhadora através da subcontratação, uma grande vitória nas leis de trabalho e, acima de tudo, na opção ideológica do individualismo como resposta. A supremacia ideológica dos de cima é facilitada por dois fatores: os de baixo têm sempre receio de perder algo e têm a perceção que que não existe uma alternativa forte e credível de política, poder ou regime.

O centro da ação política e reivindicativa continua muito dependente do confronto no parlamento, que é, no entanto, um recurso necessário ante o refluxo da cidadania e da descrença na capacidade de vitória reivindicativa. O recuo, porém, já deixou o fundo e passámos a uma nova fase: a do renascimento das lutas, em particular daqueles setores que vislumbram nas contradições do poder e no "efeito geringonça" uma possibilidade de reconquista de algo perdido.

Na corrida "atrás do prejuízo" não há contradição entre correr por fora ou correr por dentro: é preciso correr em todas as pistas, com objetivos claros e planeados, explorando os pontos fortes das aspirações da classe e os fracos do poder institucional – juntando ativismos e conhecimentos.

O novo sindicalismo atua em todas as frentes possíveis de ação, de acordo com as suas forças e as condições do terreno de luta – mas atua. Na base das empresas e no plano institucional, na pressão sobre as forças políticas e sobre os diferentes níveis de poder.

A nova fase tem caraterísticas que merecem atenção: i) a crescente dificuldade de fazer vingar ações vindas através de uma correia de transmissão; ii) algumas "insurgências" sem "pedido de autorização" (enfermeiros, Autoeuropa…); e iii) aparecimento de novas lideranças e organizações laborais, sendo algumas de direita.

À burocracia sindical, lenta a reagir à vontade de lutar e obstaculizando-a quando não a controla, juntou-se o envelhecimento das direções sindicais e das Comissões de Trabalhadores (CT), ocorrendo até a morte de algumas, a perda rápida de pessoas sindicalizadas, a diminuição da democracia sindical - quando não a emergência da antidemocracia -, a má imagem que se deixou construir dos sindicatos…

Há, pois, novos espaços vazios e em disputa. Ativistas que não desistem da luta ousaram criar novas expressões orgânicas e de democracia laboral, como é o caso do sindicato do qual sou um dos dirigentes. Tem futuro um sindicato imbricado nos locais de trabalho, com um forte coletivo dirigente, com práticas democráticas permanentes, colocando todas as principais decisões à votação das pessoas associadas ou a trabalhar na empresa e que age na mesa de negociações em obediência à decisão democrática emanada pelo voto secreto. Tal postura já mereceu um forte ataque da UGT, o que significa que o sindicato está no bom caminho! Um sindicato que pensa ação e posição prévia e tenta condicionar as entidades patronais; um sindicato que procura juntar forças, jovens e "velhos", precários e efetivos, pessoas da empresa contratante e das empresas subcontratadas; um sindicato que luta por aumentos salariais iguais em valor e não à percentagem, primeiro passo na luta contra o aumento do leque salarial; um sindicato que nunca deixa as e os mais jovens e com menos direitos para trás em nome de possíveis acordos, os quais se tornaram uma prisão da luta e tornaram a diminuição da injustiça uma impossibilidade. O *statu quo ante bellum (estado em que as coisas estavam antes da guerra)* deixou de ser um início para ser um fim sem batalha!

No novo sindicalismo, atuamos para despertar vontades, construir processos que ajudem as pessoas a pensar, a evoluir na sua consciência de si para si. Enfrentamos a luta e o debate ideológico que atrofia e aliena as mentes das e dos trabalhadores e que os faz competir entre si. Esse determinante não necessita de chavões, mas de pedagogia, não necessita de dogmatismo, mas de interrogação, precisa ir ao estado onde as pessoas estão para lhes criar vontade de emancipação e evolução. Assim o fazemos.

DEBATE

LIÇÕES, E NÃO MITOS, SOBRE O NÃO-MODELO PORTUGUÊS

Maria Manuel Rola, Adriano Campos, Jorge Costa[1]

TEXTO COMPLETO EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

Em junho deste ano, Catarina Príncipe publicou na revista norte-americana Jacobin uma crítica à estratégia do Bloco de Esquerda (o texto foi traduzido para português pelo MAS). Três dirigentes do Bloco de Esquerda responderam ao seu texto na mesma revista. A tradução para português é de nossa responsabilidade.

A *Jacobin* publicou, a 9 de junho, um ensaio de Catarina Príncipe com o título "The Portuguese Myth"[2]. Apreciámos as considerações sobre as mudanças políticas no país desde 2015, considerando também que foi escrito por uma porta-voz de uma corrente minoritária dentro do Bloco de Esquerda, um estatuto que Catarina Príncipe se esqueceu de referir ao público leitor. Devia tê-lo feito, por uma questão de transparência, uma vez que liderou uma resolução política alternativa e uma lista à direção do partido em 2016, a qual foi derrotada[3].

Em todo o caso, esta é mais uma razão para sublinhar o seu tratamento interessante das decisões difíceis que a esquerda portuguesa teve de tomar nos últimos três anos. Efetivamente, Catarina Príncipe tem declarado repetidamente que concorda com as escolhas feitas pelo Bloco de Esquerda. É uma prova de sensatez considerar a situação desafiante em que Portugal entrou durante o período da troika e nas eleições de 2015 e apoiar a ação política da esquerda nesse período. De facto, Catarina Príncipe aceitou e promoveu o acordo entre o Bloco de Esquerda e o PS (Partido Socialista) e opôs-se enfaticamente a qualquer tentativa de rompê-lo.

Por isso ficámos surpreendidos com a conclusão surpreendente: «A verdade é que o Bloco é hoje refém do Partido Socialista. Está enfraquecido a muitos níveis, desde o número dos seus militantes até ao nível da sua atividade e programa. E, apesar das dificuldades da situação presente, o partido está cético em relação a um debate estratégico sério ou a divergências internas de qualquer tipo». Esta "verdade" é falsa nos factos e nas conclusões. Mas, além disso, Catarina Príncipe enfrenta uma contradição: se as escolhas políticas estavam corretas e ela as apoiou o tempo todo, como é possível que a conclusão seja a de que o partido é «refém do PS» e de que é necessário «repensá-lo radicalmente», a ponto de sugerir a criação de uma nova formação política? Em nossa opinião, esta contradição só pode ser explicada como uma expressão de sectarismo, uma tradição profundamente enraizada na cultura da esquerda e que, neste caso, reclama mais uma vítima.

Mais relevante para o público leitor, discutiremos as condições do não-modelo português, já que as circunstâncias foram tão peculiares que nenhuma generalização é possível, e exploraremos a experiência do Bloco de Esquerda, tomando como pretexto a curiosa contradição trazida pelo texto acima mencionado.

1. UMA DECISÃO DIFÍCIL EM OUTUBRO-NOVEMBRO DE 2015

Após quatro anos de austeridade e destruição social, sob o governo da direita e da troika, as eleições portuguesas de 2015 impuseram um revés

1 Maria Manuel Rola e Jorge Costa são deputados à Assembleia da República; os três são membros da direção do Bloco de Esquerda, eleitos na lista maioritária, que obteve 79,7% dos votos dos delegados e delegadas à última Convenção (2016).
2. A versão portuguesa desse texto foi traduzida e publicada pelo MAS (Movimento Alternativa Socialista) e pode ser lida aqui: http://mas.org.pt/index.php/nacional/nacional/1586-o-mito-portugues.html.
3. A lista que Catarina Príncipe patrocinou para a direção obteve 11,4% dos votos dos delegados e delegadas do Bloco de Esquerda na última Convenção.

aos partidos do governo (a coligação do PSD e do CDS, os dois partidos da burguesia, perdeu quase um milhão de votos e obteve 38%) e uma recuperação modesta ao PS (32%). Como os dois partidos de esquerda, o BE (10.2%) e o Partido Comunista (PCP), obtiveram quase um em cada cinco votos, o parlamento enfrentava duas alternativas: um governo minoritário da direita sem aliados, exceto se o PS decidisse apoiá-lo, ou um governo minoritário do PS com uma aliança possível com os dois partidos da esquerda. Para encurtar a história, o então presidente da República empossou o anterior primeiro-ministro, Passos Coelho, para formar um novo governo de direita, o qual foi derrotado pelo parlamento e substituído por um novo governo do PS (com António Costa como primeiro-ministro) com um pacto formal assinado com o BE e o PCP. Assim, pela primeira vez, o PS foi forçado a estabelecer uma aliança com a esquerda, e a esquerda aceitou, pela primeira vez, fazer uma aliança com o PS (o texto do acordo firmado pode ser lido no anexo final).

Na véspera da votação parlamentar que definia esta mudança, Catarina Príncipe foi entrevistada para a Telesur e explicou o sucesso do Bloco de Esquerda: o «melhor resultado de sempre» do partido foi obtido graças a uma «campanha muito boa», na qual «Catarina [Martins, a porta-voz do Bloco de Esquerda] ganhou todos os debates [na TV, com os outros líderes partidários], pois estava muito bem preparada e foi capaz de comunicar ideias muito complexas numa linguagem simples, que toda a gente conseguiu compreender». Além disso, como Tariq Ali, que a entrevistou, perguntou sobre os riscos de um acordo com o PS, Catarina Príncipe foi inflexível: «Estamos a fazer o que temos de fazer». Explicou: «Temos de fazer este acordo. Foi proposta nossa, por isso temos de avançar com ele. E precisamos de responder às expectativas que as pessoas têm, muitas pessoas neste país, precisamos de nos livrar da direita e precisamos de dar às pessoas algum tempo e espaço para respirarem, o que é uma coisa muito importante».

Catarina Príncipe estava certa. A perceção popular era a de que um novo governo de direita era demasiado perigoso e que o centro (PS) e a esquerda (Bloco de Esquerda e PCP) deviam criar uma plataforma que evitasse a continuação da política que o ex-primeiro-ministro apropriadamente chamou de «empobrecimento». Também estava certa na coragem e na orientação precursoras seguidas pelo Bloco de Esquerda nessa campanha, uma vez que Catarina Martins, num debate na TV, desafiou António Costa, o líder do PS, a abandonar três pontos essenciais do seu programa (congelamento das pensões, facilitação dos despedimentos e redução do contributo das empresas para a Segurança Social). As suas condições claras para o diálogo sobre o futuro governo tornaram-se determinantes no debate nacional. Isto não foi um truque eleitoral, mas uma resposta clara às necessidades das pessoas. É assim que um partido de esquerda deve agir para liderar uma mudança política, e foi assim que o Bloco de Esquerda agiu[4].

2. Dois anos depois, a mesma conclusão: o acordo era necessário e correto

Recentemente, Catarina Príncipe manteve a mesma conclusão[5]: «foi uma tática inteligente» e o «excelente resultado do Bloco de Esquerda e o papel ativo que teve na proposta dos termos de base para um acordo com o PS colocaram-no no centro dessas negociações»[6].

Continuemos a ler Catarina Príncipe. No final de 2017, após dois anos de governo do PS, mesmo depois de ter proposto uma lista e uma resolução derrotadas à convenção do partido, escreveu que o Bloco de Esquerda tinha razão: «Mas a posição da esquerda radical é tão difícil quanto nova. Ser chamado para assumir responsabilidades e manter a direita longe do poder coloca a esquerda numa posição de não poder realmente dizer não – especialmente quando o Bloco de Esquerda foi o primeiro partido a sugerir uma solução de governo com o apoio da esquerda. Navegar esta difícil situação requer muita prudência da esquerda, assim como muito debate interno». Mais uma vez, muito sensata. Foi uma escolha difícil, mas foi imposta tanto pela escolha política do partido como pela pressão popular. «Estamos a fazer o que temos de fazer», afirmou.

4. O apoio de Catarina Príncipe a esta decisão foi formalmente aprovado pela sua corrente dentro do Bloco de Esquerda, que propôs uma resolução à direção do partido com o seguinte argumento: «A entrada em funções do governo do PS liderado por António Costa, tornada possível através de acordos celebrados com os partidos à sua esquerda, colocou o país perante uma nova situação que permitiu desde já afastar a direita do poder e colocar como primeiros objetivos do novo governo a recuperação dos rendimentos do trabalho, o fim das privatizações e a reconstrução das funções sociais do Estado, particularmente nos apoios urgentes aos setores da população mais afetados pela crise. A expressão da vontade popular das eleições de 4 de outubro que atribuiu à esquerda anti-austeritária o peso institucional necessário para contribuir decisivamente para a solução de governo protagonizada pelo Partido Socialista continuará a ser a garantia de que este apoio não significa uma adesão ao programa do PS nem tão pouco à sua prática. (...) Sem esquecer nada do que nos trouxe até aqui, o Bloco respeitará cada compromisso assumido no acordo com o Partido Socialista. Contribuirá em cada momento para que a maioria parlamentar que apoia o governo PS saiba encontrar caminhos que lhe permitam governar com justiça e na defesa das funções sociais do Estado, será uma oposição clara e construtiva no respeito pela vontade popular que determinou as condições para a derrota da direita e que tornou possível o acordo à esquerda. Não fazendo parte do governo de António Costa, o Bloco de Esquerda não será responsável pela governação e opor-se-á naturalmente a muitas das suas medidas. Será responsável por todas as medidas contidas no acordo entre os dois partidos e por todas as outras que souber construir com o PS no Parlamento ou nos grupos de trabalho de acompanhamento. Será ainda responsável pela verificação constante das condições de cumprimento do acordo que estabeleceu com o Partido Socialista» (projeto de resolução da lista R na Mesa Nacional de 6 dezembro 2015). Estamos de acordo com estas considerações.

5. Príncipe, Catarina (2017), "Anti-Austerity and the Politics of Toleration in Portugal - A way for the Radical Left to develop a transformative project?", Fundação Rosa Luxembourg, Berlim, dezembro de 2017.

6. Catarina Príncipe explica as três condições nos seguintes termos: «As três condições principais que o Bloco de Esquerda propôs ao PS, em troca do seu apoio a um governo minoritário, foram: 1) o descongelamento das pensões, 2) nenhuma redução da TSU para trabalhadores e empresas e 3) o fim do processo de liberalização do mercado de trabalho. Aceitar estes três pontos exigiria que o PS fizesse mudanças nas suas propostas políticas e económicas. Foi uma tática inteligente: forçou o PS a definir-se politicamente e a clarificar as suas lealdades. Mas baseou-se em três premissas que mais tarde provaram ser incorretas.

HABITAÇÃO: DESPRIVATIZAR AS CIDADES

TEXTO COMPLETO EM WWW.REDEANTICAPITALISTA.NET

Entrevista de **Rodrigo Rivera** a **Rita Silva**, militante do Bloco de Esquerda e fundadora da associação Habita, que há vários anos atua em defesa do cumprimento do direito constitucional à habitação.

9 de junho. Protestos contra os despejos em frente à Câmara Municipal do Porto.

O MOVIMENTO PELO DIREITO À HABITAÇÃO EM PORTUGAL NUNCA FOI SÓLIDO, APESAR DA PRECARIEDADE HABITACIONAL SEMPRE TER SIDO UMA REALIDADE DURA. ALGUÉM COM A TUA IDADE NÃO SE RECORDARÁ DE MOBILIZAÇÕES IMPORTANTES NESSA ÁREA, SÓ LUTAS MUITO LOCALIZADAS. PORTANTO, INTERESSA-ME PERCEBER: COMO É QUE SURGIU ESTE ATIVISMO E A PRÓPRIA HABITA? DE ONDE VEM?

O meu ativismo surgiu no âmbito da luta com as pessoas migrantes, primeiro na Olho Vivo, depois na Solidariedade Imigrante (Solim). Nessa época - e ainda hoje -, os imigrantes estavam entre as populações mais vulneráveis no que concerne à habitação. Além dos salários baixos e precários, sofrem processos de racismo e discriminação. Em 2005, no âmbito do grupo direito à habitação (DAH), começámos a organizar-nos contra as demolições e despejos violentos e em massa que estavam a acontecer em vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

No início ajudámos na auto-organização das pessoas e na denúncia do que se passava nesses bairros, onde viviam maioritariamente imigrantes, que, face à falta de resposta do Estado, construíram as suas próprias soluções de habitação. O Estado fechou os olhos a esta realidade, porque o seu verdadeiro interesse foi o de garantir mão de obra barata para alimentar o *boom* de construção no país. A partir de certa altura, os interesses mudaram: terrenos outrora periféricos passaram a configurar apostas importantes do investimento financeiro e imobiliário.

A partir daí, o processo de realojamento forçado, de divisão entre os que têm e os que não "têm direito" ao realojamento originou violência e o despejo de cerca de 30 a 40% da população que vivia nesses bairros. Depois disso, a luta pelo direito à habitação não parou mais, com vários avanços e recuos. Em 2014 formou-se a Habita formalmente, porque na altura intuímos que vinha aí uma nova fase da luta pela habitação, com novos problemas, com mais pessoas, mais grupos e classes sociais afetadas. A formação da Habita foi exatamente para responder a essa nova fase do ataque ao direito à habitação, que continua com as lutas antigas contra os despejos em massa nos bairros autoconstruídos, mas que se alargou a vários tipos de posse, desde o arrendamento privado, à habitação social, passando pela autoconstrução ou a casa própria hipotecada.

COMO VÊS A EVOLUÇÃO DO ACESSO À HABITAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS? EM QUE MEDIDA A CRISE TEVE INFLUÊNCIA E, SE TEVE, CRÊS QUE ESTAMOS A RECUPERAR?

Penso que a crise é o elemento fundamental na deterioração do acesso à habitação, por dois motivos: porque a vida das pessoas piorou muito com a perda de rendimento e o aumento da precariedade; porque as políticas dos sucessivos governos para responder à crise foram as chamadas políticas pró-investimento. As borlas fiscais aos residentes estrangeiros não permanentes, os vistos *gold*, a liberalização do arrendamento e do alojamento local vieram aprofundar muito a visão da habitação como um investimento, altamente sujeito a processos especulativos, e que está a colocar em causa, de uma forma sem precedentes, a nossa capacidade para continuarmos a viver nas nossas casas e nos nossos lugares.

Hoje, estamos a viver as consequências destas políticas: milhares de pessoas têm sido despejadas, os contratos não são renovados e as pessoas não têm nenhuma alternativa. A crise também veio interromper os poucos programas que existiam de desenvolvimento de habitação social, como o PER e o Prohabita. Consequentemente, a lista de espera de pessoas que procuram uma habitação social continua a crescer nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML) TEM UM VASTO PATRIMÓNIO PARA HABITAÇÃO, ALBERGANDO MAIS DE 25 MIL FAMÍLIAS. VIMOS RECENTEMENTE OCUPAÇÕES DE CASAS VAZIAS DA CML POR FAMÍLIAS QUE VIVIAM EM CASAS SOBRELOTADAS. O QUE PROPÕE A HABITA À CML?

A ocupação de casas é uma consequência de uma situação que se estava a degradar há muito: a sobrelotação. Há 10 anos acabaram com os desdobramentos, que perspetivavam que o crescimento do agregado familiar e a necessidade de garantir a privacidade dos seus membros fossem reconhecidos pela câmara municipal. (continua online)

AGUARELA: ROBERT SHARP

ATIVISMO

A EXTREMA-DIREITA NA EUROPA

LUÍS LEIRIA

A extrema-direita pode vir a ser um grupo no Parlamento Europeu maior do que o dos social-democratas e socialistas. Mais vale, portanto, não enterrar a cabeça na areia. No mapa seguinte, separamos os partidos que governam ou determinam governos (Itália, Áustria, Hungria, Polónia, Suíça, Dinamarca) e os que, não sendo governo, têm já uma expressão importante (França, Holanda, Alemanha, Suécia, Grécia, Finlândia, Rússia, República Checa, Eslováquia). Nos próximos números discutiremos como responder aos neofascistas.

PARTIDOS DE EXTREMA-DIREITA QUE INTEGRAM O GOVERNO OU FAZEM PARTE DA SUA BASE DE APOIO:

Itália: O recém-formado governo do Movimento 5 Estrelas (32,6%) e da Liga Norte (17,3%) demonstrou ao que veio logo após a tomada de posse (1/6/2018), com o vice-primeiro-ministro Matteo Salvini, da Liga Norte, a advertir que os migrantes sem-papéis, que apelida de «carne humana», deviam «fazer as malas e partir» e a proibir a entrada no país de, até ao momento, dois barcos: Aquarius, com 629 refugiados, e Lifeline, com 224.

Áustria: O governo de coligação entre o conservador Partido Popular Austríaco (ÖVP, 31,5% nas eleições de 2017) e o Partido da Liberdade (FPÖ), de extrema-direita (26%), formado em dezembro de 2017, anunciou como uma das suas principais políticas a recusa em receber refugiados.

Hungria: Com 49,2% nas eleições deste ano, o Fidesz (Partido Popular Democrata Cristão), do primeiro-ministro Viktor Orbán, conseguiu manter os ⅔ do parlamento. O 2.º maior partido é o neonazi Jobbik (Movimento por uma Hungria Melhor). Orbán foi o responsável pela construção das barreiras que impediram a entrada de refugiados sírios no país. A 20 de junho deste ano, Dia Mundial dos Refugiados, o parlamento aprovou um pacote legislativo que torna crime prestar auxílio a quem entre no país sem documentos legais – mesmo que para pedir asilo.

Polónia: O partido da Ordem e da Justiça (PiS) venceu as eleições em 2015 com 37,5%, o suficiente para a maioria absoluta. Trata-se de um partido anti-imigração, contrário aos direitos das mulheres e dos homossexuais, que apoia a política do Fidesz da Hungria, tendo o seu presidente, Jaroslaw Kaczynski, chegado a dizer que virá o dia em que «teremos uma Budapeste em Varsóvia». Em novembro de 2017, no dia da independência da Polónia, ocorreu uma concentração da extrema-direita que agrupou a nata dos movimentos nacionalistas, supremacistas brancos, islamofóbicos e xenófobos da Europa, reunindo cerca de 60 mil pessoas. Nenhum partido de centro-esquerda ou esquerda tem representação no parlamento.

Suíça: O Partido Popular Suíço, conservador e com uma política fortemente xenófoba, foi o mais votado nas eleições federais de 2015, com 29,4%. Em 2010 e 2014, respetivamente, fez aprovar em referendo duas iniciativas: a expulsão dos imigrantes que forem condenados por crime e uma política contra a imigração em massa.

Dinamarca: O governo minoritário do Venstre (liberal), da Aliança Liberal e dos Conservadores depende, para governar, do apoio do Partido Popular Dinamarquês, da extrema-direita xenófoba (21,1% nas últimas eleições, 2015).

PARTIDOS SEM RESPONSABILIDADES DE GOVERNO:

Finlândia: O Partido dos Finlandeses obteve 17,6% dos votos nas eleições de abril de 2015 e foi o segundo mais votado. Fez parte da coligação de governo entre os partidos do centro e da Coligação Nacional entre 2015 e 2017, quando uma crise política levou à cisão de 20 dos seus deputados e o partido passou para a oposição. Nas presidenciais de janeiro de 2018, a candidata do partido obteve 6,9% dos votos.

França: A candidata Marine Le Pen obteve 21,3% dos votos nas eleições presidenciais de 2017 e o seu partido, Frente Nacional, conquistou 13,2% dos votos nas legislativas.

Holanda: O Partido da Liberdade, com 13,1% dos votos nas eleições de março de 2017, é o 2.º maior partido do parlamento.

Alemanha: O Alternativa para a Alemanha (AfD) obteve 12,6% dos votos nas eleições federais de setembro de 2017, entrando pela primeira vez no parlamento, com 94 deputados.

Suécia: O Democratas Suecos obteve 12,9% nas eleições de setembro de 2014, tornando-se o 3.º maior partido do país.

Grécia: O Aurora Dourada obteve 6,9% nas eleições de 2015.

Rússia: O Partido Democrático Liberal da Rússia, de Vladimir Jirionovski, obteve 13,2% dos votos nas eleições legislativas de 2016.

Eslováquia: O Partido Popular Nossa Eslováquia obteve 8% nas eleições de 2016.

República Checa: O Partido da Liberdade e Democracia Direta obteve 10,6% nas eleições legislativas de 2017.

LEITURAS

AS VOLTAS DO PASSADO – A GUERRA COLONIAL E AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO

Miguel Cardina e Bruno Sena Martins (eds.)
360 páginas | 2018
Tinta-da-China
PVP: 17.90 Euros

Este livro mostra de que forma o colonialismo português é uma guerra colonial permanente desde finais do século XIX.
Os dois editores são investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e quiseram que a obra partisse de um conjunto de acontecimentos que consideraram importantes para o entendimento do que foi a guerra colonial e de como ocorreram as lutas de libertação. Assim, o livro retrata 47 acontecimentos, desde o Massacre de Batepá, em 1953, à independência de Angola, em 1975. ABP

PORTUGAL EM CHAMAS - COMO RESGATAR AS FLORESTAS

João Camargo e Paulo Pimenta de Castro
160 páginas | 2018
Bertrand
PVP: 14.40 Euros

Corolário do capitalismo nacional dos dias de hoje, de degradação de enormes áreas de território, floresta e populações, a indústria da celulose vive há muito à sombra do Estado, quer por ação direta, quer por omissão. As inúmeras ligações entre os sucessivos governos e as indústrias da celulose, a Altri e a Navigator são destacadas na obra, que aponta o triângulo despovoamento - alterações climáticas - eucaliptização como central para as sucessivas tragédias dos incêndios florestais em Portugal.
O livro aborda ainda a questão de como resgatar as florestas e o mundo rural, utilizando a melhor ciência para projetar e planear a vegetação de acordo com critérios de aptidão de solos, água e biodiversidade, considerando uma nova realidade climática que já se está a instalar. Mas estas propostas nunca serão úteis se não responderem a uma necessidade básica: ter gente a viver no mundo rural. ABP

UM PRETO MUITO PORTUGUÊS

Telma Tvon
186 páginas | 2018
Chiado
PVP: 13 Euros

Amante de literatura, Tvon não encontrava um livro que refletisse a sua realidade. Assim nasceu esta obra, em que a autora procura retratar a vida dos jovens negros dos subúrbios de Lisboa. Entre outras, a ecuménica pergunta: de onde és?
O título mostra a priori o contraste com a ideia de um país homogeneamente branco e com o princípio de que um negro não pode ser português, razão pela qual a vida dos nativos negros em Portugal poderá pautar-se pela sensação de serem imigrantes na sua terra ao não serem reconhecidos pelos pares como iguais.
É ficção documental, abordando as questões de identidade de um jovem descendente de cabo-verdianos nascido e educado em Portugal. Assim, refere episódios de jovens com cursos superiores que acabam em call centers, olhares de desconfiança quando desaparece alguma coisa, interrogatórios de polícias que os levam para a esquadra quando deviam levá-los para um hospital, violência de *skinheads*. Será provavelmente o primeiro romance em Portugal a debruçar-se sobre o assunto. ABP

ESCUTAS

José Mário Branco
2 CD | 2018 | Warner | PVP: 13.90 Euros

Desde 2004 que José Mário Branco não editava um novo disco, e não é desta que quem gosta da sua música encontrará novos originais. Mas estes dois CD trazem surpresas e inéditos, alguns nunca antes ouvidos. Há as "fantasias languedoquianas", que foram compostas e apresentadas uma única vez num festival de música em França; há as versões integrais das músicas que foram compostas para o "Agosto", de Jorge Silva Melo; há cantigas de amigo com letra de D. Dinis; há uma versão da "Ronda do Soldadinho"; uma homenagem à Comuna de Paris; música para teatro ou marchas, um bolero, e também músicas em francês, espanhol e italiano. Um baú de preciosidades e um reencontro com José Mário Branco. FL

ACONTECEU

2.º ENCONTRO DA REDE ANTICAPITALISTA
Pousada da Juventude da Praia de Mira

Realizou-se nos dias 1, 2 e 3 de junho o segundo Encontro de Formação e Debate da Rede Anticapitalista. Discutimos o Maio de 68 e as suas implicações internacionais (Carlos Santos), o ascenso dos fascismos e as lições para a Europa (Fernando Rosas) e os movimentos sociais e a organização política (José Soeiro), entre outros assuntos.

VAI ACONTECER

ACAMPAMENTO LIBERDADE
Parque de Campismo de Martinchel

Uma semana de experiências e aprendizagens, da auto-organização dos espaços ao debate sobre a escola pública, da praia livre de machismo e sexismo à reflexão sobre a encruzilhada da União Europeia, das festas *queerfriendly* ao ativismo antirracista.
Durante uma semana, procuramos compreender o mundo, porque nas semanas seguintes o nosso compromisso é com a sua transformação.

Inscrições: cnjovensbloco@bloco.org
Preço: 40€ (transporte, estadia e alimentação)
facebook.com/events/399172767265002/?ti=cl